

Os protestos anti austeridade e o conflito em torno do desemprego

Lídia Marta Canha Fernandes

Doutoranda em Sociologia - Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra(CES/FEUC). Assistente de investigação no DINAMIA'CET / ISCTE-IUL, Portugal, E-mail: lidiacanha@gmail.com.

Resumo: Em Portugal, a crise económica vivida nos últimos anos foi marcada por um crescimento drástico do desemprego, assistindo-se também a uma intensificação dos conflitos sociais. Partindo da análise do contexto e das reivindicações do ciclo de mobilizações 2011-2013, argumenta-se que o desemprego constituiu um elemento chave das dinâmicas conflituais verificadas neste período. Esta análise é inserida no quadro dos debates sobre o trabalho e os conflitos de classe, sugerindo-se a recuperação do conceito marxista exército de reserva. Considera-se que a sua atualidade na análise do papel do desemprego no conflito capital-trabalho poderá ser melhor compreendida tendo em conta o duplo movimento assinalado por Polanyi, de (des)mercadorização do trabalho, gerado por uma tensão permanente entre as políticas de *laissez faire* e as de proteção social e de regulação dos mercados.

Palavras-chave: desemprego, ação coletiva, exército de reserva, mercadorização do trabalho, workfare.

Anti-austerity protests and the conflict over unemployment

Abstract: In Portugal, the economical crisis of the last few years has been marked by a dramatically rise in unemployment and an increase in social conflict. Based on claims and context analysis during the 2011-2013 mobilization cycle, this article defends that unemployment was a cornerstone element to this period's contentious politics. This analysis is framed within work and class conflicts, suggesting the rehabilitation of the Marxist concept of reserve army of labour. It's topicality in analysing the role of unemployment in capital-labour conflicts can be understood considering Polanyi's theory of double movement, of (de)commodification of labour in the market, created by the permanent tension between *laissez faire* policies, on the one side, and, on the other, social protection and market regulation policies.

Keywords: unemployment, collective action, reserve army of labour, commodification of work, workfare.

1. Introdução

Em Portugal, a crise económica vivida nos últimos anos foi marcada por um crescimento drástico do desemprego, assistindo-se também a uma intensificação dos conflitos sociais. Inicialmente, os grandes protestos foram organizados essencialmente a partir do campo sindical mas o início de 2011 marcou mudanças importantes nas dinâmicas de conflito, incluindo a reconfiguração das estruturas de oportunidade política e a emergência de novos atores. De facto, no período 2011-2013 desenhou-se um ciclo de mobilizações que, inserido numa nova onda de protestos globais, deu uma grande visibilidade a algumas das categorias que os sindicatos apresentam dificuldades em mobilizar - em particular trabalhadores precários e desempregados (Campos Lima e Martín Artiles, 2013). Estas mobilizações assinalaram a emergência de um precariado, jovem e qualificado, constituído à custa do aumento da flexibilidade, do desemprego e da precariedade (Estanque et al., 2013; Soeiro, 2014).

As questões laborais têm vindo a ser destacadas na investigação incidindo na análise destes protestos em contexto português (Estanque et al., 2013; Campos Lima & Artiles, 2013, 2014; Baumgarten, 2013; Accornero & Pinto, 2014; Soeiro, 2014, 2015; Fonseca, 2014), mas está pouco estudado o papel do desemprego e das pessoas desempregadas nas políticas do conflito deste período. Uma das dificuldades de um enfoque no desemprego está relacionada com o facto de, distintamente das experiências de ação coletiva de pessoas desempregadas verificadas em vários países Europeus entre 1995 e 2002 (Giugni, 2010), as pessoas desempregadas, excetuando casos pontuais, não terem constituído um ator político autónomo no recente ciclo mobilizações.

Assim, neste artigo procura-se contribuir para aclarar o papel do desemprego no ciclo de ação coletiva 2010/11-2013, dando um enfoque especial ao contexto e às condições em que ocorreu. Foram consideradas as seguintes questões: Qual o contexto e as condições em que ocorreram as mobilizações 2010/11-2013? Qual o papel do desemprego nessas dinâmicas de conflito? Que condições afetaram a participação de pessoas desempregadas no ciclo mobilizações? Terão sido os e as desempregadas atores chave destes protestos?

Em primeiro lugar, começa-se por fazer uma discussão teórica do tema do desemprego. A abordagem adotada pressupõe que em causa estão conflitos que envolvem processos de exclusão do mercado de trabalho que colocam obstáculos adicionais à ação coletiva (Baglioni et al, 2008; Giugni, 2010; Chabanet & Faniel, 2012; Fernandes, 2011, 2014), pelo que faz sentido estudar os movimentos sociais no todo da análise da economia política e, em particular, no quadro dos debates sobre o trabalho e os conflitos de classe. Nesta linha de análise, é importante identificar o poder estrutural, latente, ou seja, e parafraseando Marx, o poder que reside na capacidade de parar o suave fluir da vida social (Flacks, 2005; Piven, 2010; Barker et al., 2013). Assim sendo, sugere-se a recuperação do conceito marxista “exército de reserva”, enquanto forma de apurar as dimensões estruturais que condicionam ou potenciam a ação coletiva das pessoas desempregadas, em contexto de massificação do desemprego. Problematisa-se o conceito, explorando a sua pertinência e argumentando que a sua atualidade na análise do papel do desemprego no conflito capital-trabalho poderá ser melhor compreendida tendo em conta o duplo movimento assinalado por Polanyi, de (des)mercadorização do trabalho.

Em segundo lugar, abordam-se as mobilizações 2010/11-2013, considerando dois níveis de análise: as dimensões estruturais (económicas, políticas, culturais) associadas ao desemprego neste período; a forma como essas dimensões se articularam com as dinâmicas de protesto condicionando ou potenciando a mobilização de pessoas desempregadas. Essa abordagem é feita em termos de: evolução do desemprego; relação com a precariedade; impacto do desemprego na reconfiguração das estruturas de mobilização; mudanças nas políticas de proteção social no desemprego. Os resultados são discutidos no quadro das políticas de desvalorização interna adotadas em Portugal e em outros países do Sul da Europa. São também abordadas as políticas de *workfare*, consideradas decisivas na configuração do conflito em torno do desemprego, em Portugal, nos últimos anos. Conclui-se identificando questões chave para o desenvolvimento futuro da pesquisa.

A análise que aqui se apresenta insere-se numa pesquisa em curso visando estudar as dinâmicas de ação coletiva de pessoas desempregadas em contexto português (Fernandes, 2013). Com vista a facilitar a convergência e integração paradigmática no terreno, além da abordagem das políticas do conflito (Tilly & Tarrow, 2007), foi adotada a perspetiva da análise de redes (Diani, 2003). Considerou-se ser vantajosa uma combinação de técnicas - de natureza quantitativa e qualitativa - no processo de recolha e análise de dados. Foi adotada uma estratégia de triangulação de dados e de métodos (Flick, 2005), visando: enquadrar, sistemática e intencionalmente, pessoas e grupos, assim como eventos localizados em diferentes pontos do tempo e do espaço; aumentar o alcance, a profundidade e a consistência dos procedimentos metodológicos.

A pesquisa baseia-se, além da revisão bibliográfica, em dados recolhidos na participação nestes episódios e na consulta de sites de atores políticos neles envolvidos. Para abordar o contexto e das condições dos protestos, foi realizada a análise de fontes estatísticas nacionais (relativas ao desemprego e à proteção social) e secundárias de âmbito europeu (Eurostat), e a análise documental de legislação relacionada com desemprego, bem como outras fontes documentais relevantes, em particular documentos políticos de referência na implementação das políticas de austeridade (ex: Programas de Estabilidade e Crescimento e Memorando de Entendimento).

2. O conflito em torno do desemprego e o exército de reserva contemporâneo

O problema do desemprego tornou-se particularmente saliente nos debates sobre as transformações laborais verificadas nas últimas décadas, contribuindo para levantar a nova questão social (Castel, 1995, Estanque & Costa, 2011), passando a constituir um tema crítico na estratégia sindical (Hyman, 2007). Isto foi particularmente visível em contexto de massificação do desemprego como o ocorrido nos últimos anos em Portugal, onde se vinham a verificar mudanças importantes no mundo do trabalho e na estratificação social (Estanque et al., 2013; Campos Lima & Artiles, 2013, 2014). O alto nível de rotação laboral e a dificuldade de estabelecer vínculos estáveis, em especial entre a juventude, a segmentação do mercado de trabalho e, por outro, narrativas identitárias distintas das determinadas pelos sistemas fordistas, terão contribuído para enfraquecer a representatividade dos sindicatos e o seu poder e presença nas instituições (Campos Lima & Artiles, 2013). Estas transformações vão na linha de uma tendência mais global, que se refletiu em diferentes interpretações quanto à definição dos termos do

conflito capital-trabalho: há quem declare a inutilidade do conceito de classe (Pakuslki & Waters, 1996), quem tenha assinalado o declínio da classe média (Estanque, 2014) ou ainda a emergência de uma nova classe em formação - o precariado (Standing, 2014). Afinal, qual o papel do desemprego nesse conflito?

O ponto de partida da análise que aqui se apresenta parte do reconhecimento do desemprego enquanto forma de exclusão do mercado de trabalho (Giugni, 2010). Parte também da constatação de uma série de mudanças ao nível das políticas de emprego que, criando um novo quadro institucional ao nível da União Europeia (UE), abriu espaço para que o desemprego se tenha tornado num campo político contestado. Essa disputa fez-se sentir de forma particularmente vincada em países centrais da União Europeia, como a França e a Alemanha, no final da década de 1990 e na primeira metade de 2000 (Baglioni et al. 2008; Chabanet & Faniel, 2012) e, argumenta-se, nos países do sul da Europa - em particular em Portugal, Espanha e Grécia -, através da emergência novos atores no quadro dos protestos anti-austeridade, entre 2010/1-2013. Estes novos desenvolvimentos vieram acrescentar uma novidade no puzzle apontado por Esping-Anderson em 1999: os conflitos latentes insider-outsider terão emergido em força em França e na Alemanha mas não nos países do Sul da Europa, apesar de nestes países a exclusão do mercado de trabalho ser particularmente marcada.

Entende-se que esta forma de exclusão económica envolve um processo de desqualificação social (Gallie & Paugam, 2000), na medida em que o estatuto dos indivíduos depende da sua participação no sistema de produção económica e de troca, que caracteriza a sociedade em que se insere. E, embora a exclusão recrie e até reforce certas formas de desigualdade, ela própria é, antes de mais, um produto do próprio sistema de desigualdades sociais (Silva, 2009). Estas são questões críticas que ajudam a explicar os processos de atomização social e política associada ao desemprego e as dificuldades de mobilização e ação coletiva de pessoas desempregadas (Baglioni et al., 2008; Chabanet & Faniel, 2012; Fernandes, 2011, 2014).

Na linha de análise apresentada por Esping-Anderson, esses processos de exclusão contribuíram para mudanças intra-classe nas quais os grupos excluídos são identificados como um substrato distinto, uma protoclasse. Standing vai mais longe assinalando a emergência de uma nova classe, o precariado, com relações de produção e redistribuição bem definidas. Para Esping-Anderson não é claro que essas protoclasses se constituirão como atores políticos, mas insinua-se um cenário sombrio, equiparável ao da Europa do pré-Guerra, na medida em que a marginalização do mercado de trabalho coincida com a afirmação de uma direita neofascista e xenófoba¹. Por sua vez, o conceito de precariado proposto por Standing, embora seja questionado enquanto uma classe distinta (Estanque, 2014; Braga, 2014), acabou por representar uma formulação auspiciosa ao assinalar um processo de subjetivação política que abriu espaço à tomada de consciência dos interesses associados a essas transformações laborais (Soeiro, 2015).

Ora, argumenta-se que no recente ciclo de mobilizações verificaram-se grandes avanços no que diz respeito à tomada de consciência do que significa a condição precária, mas que os avanços foram menos significativos e menos sustentados ao longo do tempo, no que diz respeito à tomada de consciência dos termos do conflito que

¹ *Infelizmente, esta inquietante constatação parece continuar a ser bastante atual no caso dos países centrais da UE, especialmente a França. Também por isso, os recentes desenvolvimentos na Europa do Sul - incluindo em Portugal - parecem ser particularmente interessantes, merecendo por isso análise aprofundada.*

envolve a condição do desemprego. De forma a contribuir para essa tomada de consciência é necessário identificar o tal poder estrutural latente, situando o desemprego – e as pessoas desempregadas – na sua relação com o mercado de trabalho, ou seja, nas relações sociais de produção e reprodução. É neste sentido que se defende a utilidade do conceito marxista “exército de reserva”, enquanto parte da força de trabalho e resultado da forma como o processo de acumulação vai avançando como um todo (Fine, 2003, p.179):

“(...) the same processes that promote employment in large-scale efficient capital also support its antithesis in small-scale, sweated labour, even where the two do compete in the same markets for output.”

O conceito encontra as suas raízes na ideia de força de trabalho excedentária, introduzida por Engels, em 1845, na sua análise da condição da classe trabalhadora em Inglaterra. Engels fala desta força de trabalho excedentária a propósito da formação das grandes cidades que serviram de cenário ao processo de industrialização para se referir a quem não possui meios de vida e de produção e sofre a derrota, quando reduzida a força de trabalho por caridade ou à fome extrema quando em situação de desemprego, mas considera que constitui uma parte integral do capitalismo. Marx, em 1867, vem apontar o exército industrial de reserva como resultado da operação de ciclos intercalados de prosperidade e de crise, tendo como efeito o nivelamento por baixo os padrões de toda a força de trabalho.

Sendo esta conceptualização elaborada a partir da análise das sociedades industriais do século XIX, importa considerar um outro contributo, o de Karl Polanyi (2012 [1944]), que enfatizou o papel da legislação e das políticas na regulação das ameaças sociais geradas pela mercadorização do trabalho gerando um duplo movimento: uma tensão permanente entre políticas de *laissez faire* e de proteção social e regulação dos mercados, ou seja, entre mercadorização e desmercadorização do trabalho. Além deste contributo foram considerados outros dois: um primeiro, que parte de uma análise feminista do conceito exército de reserva e aponta como os processos de segregação que género são essenciais para compreender os resultados das políticas de austeridade (Rubery, 2013); um segundo, que se situa dentro do quadro teórico Polanyiano, que considera que este duplo movimento se complexificou face ao desenvolvimento da estrutura institucional Europeia, estando a produzir alinhamentos de movimentos/ contramovimentos que, embora não remetam para a irrelevância à escala nacional, dão um novo destaque à escala transnacional europeia (Caporaso & Tarrow, 2007).

A tensão mercadorização-desmercadorização encontra nas políticas sociais um fator decisivo para condicionar a força de trabalho. Neste sentido, é destacado o papel regulador e, até, disciplinador das políticas sociais quando assentes numa lógica de *workfare*. Em contexto de baixa proteção, o *workfare* moraliza a proteção social (Piven, 1998) e conjuga liberalismo económico com conservadorismo quanto a valores sociais, contribuindo para dividir contribuintes e beneficiários; empregados e desempregados (Pedroso, 2008); e pobres merecedores e os não merecedores (Scott, 1994). O lema *workfare not welfare* (Piven & Cloward, 1993), usado pelos Republicanos nos EUA na década de 70, resume bem a agenda política-ideológica associada a este mecanismo.

3. As políticas do (des)emprego

3.1 Ao nível macroeconómico: uma perspetiva histórica

Após a segunda guerra mundial, o direito ao trabalho, inscrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi institucionalizado nas sociedades capitalistas ocidentais². As análises macroeconómicas partiam do princípio que o problema estava no lado da procura de mão de obra (Mitchell & Muysken, 2008). As políticas orçamentais e monetárias deveriam ser, assim, orientadas para garantir o pleno emprego e tinham associada uma preocupação redistributiva que, visando o aperfeiçoamento resultados do mercado e a equidade social, estava assente em medidas de proteção do emprego e proteção social no desemprego. Por fim estas políticas estavam assentes numa noção de sociedade em que esta tem uma responsabilidade coletiva no que diz respeito ao bem-estar comum.

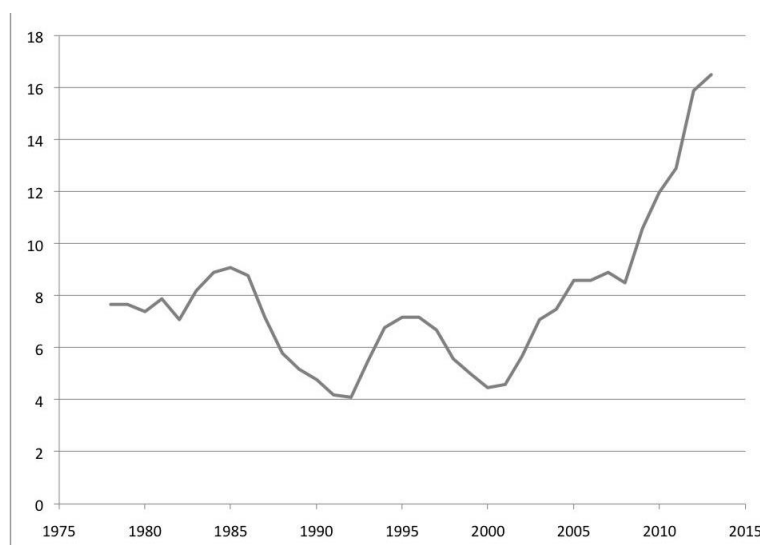
Portugal entra neste movimento de desmercadorização do trabalho em contraciclo. O princípio do Pleno Emprego é adotado através da sua inscrição na Constituição da República Portuguesa em 1976, numa altura em que o Modelo Social do pós II Guerra tinha entrado em crise. Na prática não chegou a ser concretizado um modelo de pleno emprego, especialmente após a adesão à União Económica e Monetária, que passou pela perda, não compensada a outra escala, de instrumentos essenciais de política pública e de desenvolvimento que permitissem absorver crises assimétricas (Reis et al., 2013). A adoção do Tratado de Maastricht (1992) e do Pacto de Estabilidade e Crescimento de 1997, que vieram priorizar os objetivos de controlo da inflação e dos défices orçamentais, contribuíram para um processo de periferização da economia face ao centro da Europa, em particular a Alemanha, com mecanismos similares aos ocorridos em outros países do Sul da Europa (Gambarotto & Solari, 2015).

Olhando o Gráfico 1 é possível verificar que o desemprego evolui de forma cíclica e atingiu mínimos históricos em 1992/3 e 1999 e evoluiu de forma cíclica. Repare-se que os mínimos do desemprego não parecem corresponder a uma situação de pleno emprego. O que se verificou entre 1987 e 2000 foi a conciliação de um processo de neoliberalização da sociedade portuguesa com manutenção e até reforço, mesmo que distante dos padrões europeus, de pilares fundamentais do Estado Social, incluindo em termos de políticas de emprego (Reis et al., 2013), facilitado por um processo de financiarização da economia e pelos fundos estruturais europeus. A partir de 2000 estes mecanismos parecem ter-se esgotado na sua capacidade de atenuar os efeitos das políticas macroeconómicas orientadas para o controlo da inflação, sendo visível a sua incapacidade de gerar emprego. Em vez disso, vai-se consolidando a naturalização do desemprego e o abandono de objetivos de pleno emprego (Teles, 2007).

A leitura do gráfico 1 sugere também que a dinâmica cíclica na evolução do desemprego, verificada nas décadas anteriores, parece quebrar-se em 2008/2009. Uma das razões para esse facto terá a ver com as respostas políticas face à crise económica. Se inicialmente se procurou minorar os riscos de contágio da crise financeira com origem nos EUA e, numa segunda fase, adotar, mesmo que de forma relutante, medidas de estímulo orçamental, de natureza anti cíclica, assistiu-se no início de 2010 à versão portuguesa da viragem europeia para a “consolidação orçamental” (Costa & Caldas, 2013).

² Artigo 23.º nº 1 - *Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.*

Gráfico 1: Evolução do desemprego 1978-2013 (anual)



Fonte: EUROSTAT

3.2 Da consolidação orçamental à redução da proteção social

Face a este contexto de massificação do desemprego, para além da adoção de medidas anti cíclicas seria expectável a adoção de reforço da proteção social de quem estivesse em situação de desemprego. No entanto, isso aconteceu mas apenas por muito pouco tempo. Inicialmente, após a crise financeira de 2008, face à escalada do desemprego, foi reconhecida a necessidade de reforço da proteção social. Houve um reforço das medidas de apoio a quem estivesse em situação de desemprego de longa duração e de carência económica. Isso foi feito nomeadamente através do alargamento do período de concessão e aumentando para 110% do Indexante de Apoios Sociais (IAS) da condição de recursos, para acesso ao subsídio social de desemprego. Ainda em Maio de 2010 foi estabelecido um regime transitório para pessoas desempregadas com crianças a cargo.

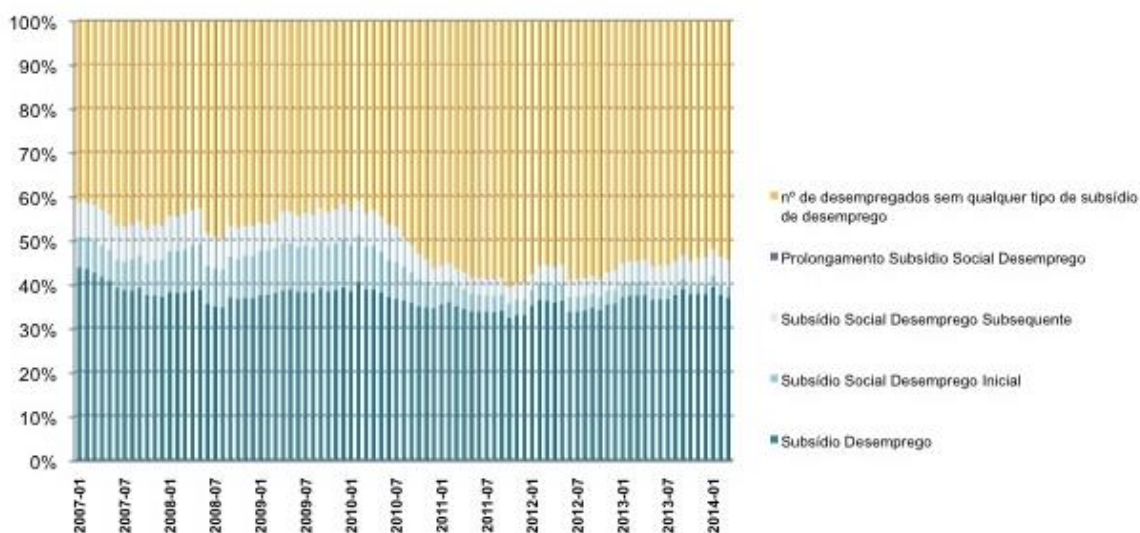
Em 2010 deu-se uma inversão deste caminho. Este é aliás um dos pontos introduzidos na reunião anual bilateral entre o FMI e o Estado português (IMF, 2010), realizada no final de 2009, na véspera da viragem para a austeridade. O relatório da equipa técnica alerta para o facto de, não obstante o aumento substancial do desemprego, o crescimento salarial continuar acelerado o que, com a queda da produtividade, significaria um maior aumento dos custos unitários do trabalho. É apontada, como alternativa, a priorização de duas medidas ao nível dos mercados laborais: a revisão do sistema de proteção no desemprego incentivando à procura de emprego; a reconsideração do aumento do salário mínimo nacional (SMN) acordado em sede de concertação social, assegurando um ajustamento na linha com os “princípios económicos” (IMF, 2010).

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, que ficou conhecido como PEC I, inaugurou a fase da austeridade, incluiu medidas tais como: a generalização da aplicação da condição de recursos na atribuição de prestações sociais, o congelamento do valor nominal da generalidade das prestações, a revisão da relação entre o subsídio de desemprego e da remuneração líquida anteriormente auferida e a diminuição do nível de

salários oferecidos que obrigam à aceitação do posto de trabalho. Estas medidas apontam já para a constituição da deflação salarial como instrumento político (Costa & Caldas, 2013), que vem a ser um elemento crucial do Memorando de Entendimento celebrado com a Comissão Europeia (CE), o Banco Central e Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no primeiro semestre de 2011. A revisão do sistema de proteção do desemprego, em 2010 e em 2012, tem dois resultados: a redução da proteção, em termos de valores e cobertura, e o reforço da lógica *workfare*.

As alterações realizadas neste período tiveram impactos importantes em termos da cobertura e dos valores da proteção social, em particular no regime não contributivo. Esse impacto deu-se, antes de mais, pela alteração das regras da condição de recursos (DL 70/2010) restringindo o acesso ou renovação da proteção social (RSI, abono de família, pensões sociais, subsídio social de desemprego) através da alteração da fórmula de cálculo do rendimento *per capita* de referência, afetando sobretudo pessoas desempregadas sem acesso ao regime contributivo. Foi também reduzido o valor máximo do subsídio (em relação à remuneração de referência e em relação ao IAS). Por fim, foram revogadas as medidas especiais de apoio a desempregados de longa duração, adotadas logo após à crise financeira. Em termos globais, estas medidas tiveram impactos significativos nos subsídios sociais de desemprego concedidos, afetando sobretudo os e as desempregadas de longa duração e quem não “cumpre” os prazos de garantia para aceder ao subsídio de desemprego, nomeadamente: trabalhadores e trabalhadoras temporárias com poucos descontos, a recibo verde ou em situação informal. Como podemos ver no gráfico 2, a redução mais significativa incide sobre o subsídio social.

Gráfico 2: Evolução da taxa de cobertura o subsídio de desemprego (2007-2013)



Em 2012, verificaram-se novas mudanças, respondendo às exigências previstas no Memorando de Entendimento (Campos Lima & Fernandes, 2014): a redução do montante do subsídio de desemprego, introdução de um perfil decrescente de prestações e a redução da sua duração para 18 meses. Estas medidas de redução da proteção social no desemprego não foram suficientemente compensadas pelas medidas, também previstas

no mesmo documento, de extensão da cobertura do subsídio de desemprego através da redução do período contributivo necessário para aceder ao subsídio de desemprego para 12 meses, nem pelo seu alargamento ao trabalho independente (com características específicas), dada a persistência e aumento do desemprego e do desemprego de longa duração.

3.3. O reforço da lógica *workfare*

Outra componente das alterações verificadas em 2010 e 2012 foi a “racionalização da atribuição das prestações” representando, na prática, um reforço da lógica assente no *workfare*. Ainda em 2010, essas alterações incluíram a adoção de novas regras de cálculo; o reforço do controlo visando o combate da “fraude e a evasão prestacional”; a alteração do conceito de agregado doméstico privado que passou a abranger todas as pessoas a residir num mesmo alojamento doméstico; o alargamento do tipo de rendimentos a serem considerados para efeitos de acesso às prestações sociais. Passaram a ser considerados apoios em espécie, relacionados com habitação social; pensões; rendimentos financeiros e bens imóveis. Esta última mudança acabou por ter dois tipos de impactos: por um lado generalizou o controlo sobre outras esferas da vida antes não consideradas; por outro, limitou de forma perversa a proteção social. Por exemplo, se um agregado familiar vivesse em habitação pública, tornava-se mais difícil algum dos seus membros ter acesso a proteção social, seja ela no desemprego, sejam apoios sociais no âmbito na educação.

Uma outra componente destas mudanças foi o reforço das medidas de ativação, em nome da promoção do regresso à vida ativa (18-55 anos). Isso incluiu não apenas medidas de formação, ou de reconhecimento e validação de competências, mas também medidas punitivas, como a cessação da prestação, em caso de recusa de emprego conveniente ou, por exemplo, de trabalho considerado “socialmente necessário”. Tratou-se da consagração da lógica compulsória na relação com o trabalho. Em 2012 verificaram-se novas mudanças, mas relacionadas, sobretudo, com o reforço da capacidade de organização dos serviços (de segurança social; do IEFP), a Reestruturação do IEFP, reforçando a sua lógica de mercado e controlo sobre a força de trabalho: “a organização do mercado de trabalho, tendo em vista o ajustamento direto entre a oferta e a procura”. Por fim, verificou-se o reforço da componente punitiva, especialmente no caso do RSI, mas também no caso do subsídio social de desemprego: o seu carácter transitório e contratual, a renovação não automática, a restituição de pagamento. No entanto, visto que maior parte das medidas legislativas já existiam anteriormente, o que se verifica em 2012 é a mobilização destes instrumentos e organização sistemática dos serviços para uma lógica de mercado e do *workfare*.

4. O desemprego e os protestos anti austeridade

4.1. O papel do desemprego nos protestos

A literatura relativa ao recente ciclo de mobilizações indica que o desemprego terá sido, de facto, um dos principais fatores para os protestos mas é menos claro qual o seu peso e os mecanismos e os processos associados. Algumas explicações apontam para a base jovem e qualificada desse desemprego (Estanque et al., 2013; Campos Lima &

Martín Artiles, 2013; Soeiro, 2014 e 2015; Fonseca, 2014), inclusive para as suas conexões transnacionais. Baumgarten (2014b) aponta igualmente o aumento extremo/agudo de pessoas trabalhadoras desempregadas e precárias mas, ao focar a participação de populações pobres (Baumgarten, 2014a), argumenta que a relação dos protestos anti austeridade com as evoluções nos níveis de desemprego não é muito vinculada.

A análise comparada sugere que períodos de forte mobilização geralmente correspondem a fases de desemprego agudo (Baglioni et al, 2008; Chabanet & Faniel, 2012). Essa relação não é direta nem automática pois, mais do que o nível de desemprego em si, é a tendência de aumento que constitui uma base fértil para a organização e protesto protagonizada por pessoas desempregadas. No caso em análise, o alto desemprego e o seu crescimento parecem ter especial relevância histórica. Como vimos anteriormente, olhando da evolução do desemprego numa linha temporal de mais de três décadas (Gráfico 1, p.174), é possível verificar que a tendência de crescimento se instala, de forma continuada, a partir do ano de 2000. Ao contrário do verificado em décadas anteriores, esse crescimento não aponta para uma evolução cíclica do desemprego: a ligeira quebra verificada de 2007 para 2008 manifesta-se fugaz e o desemprego atinge um máximo histórico em 2009, sendo desde então sistematicamente ultrapassado.

Por que razão contribuiu o desemprego para a escalada dos protestos sociais? Quais os mecanismos subjacentes? Uma das linhas de explicação remete, como vimos, para as bases sociais desse desemprego. O desemprego jovem terá contribuído para frustrar expectativas de mobilidade social, especialmente entre jovens com altos níveis de capital educativo e cultural (Fonseca, 2014). Olhando o gráfico 3, vemos que, enquanto que na década de 80 também se destacou o desemprego feminino (que atingiu um máximo histórico em 1983, bem mais do dobro do que o masculino), na década de 2010, foi desemprego jovem que seguiu um trajetória de escalada mais clara: disparou a partir de 2009 (24,8%) e atingiu em 2012 o seu valor máximo (37,7%). No entanto, se isso é claro no caso do desemprego jovem, o mesmo não acontece em relação ao desemprego entre grupos mais qualificados (Gráfico 4).

Gráfico 3: Evolução do desemprego 1983-2013, por sexos e grupos etários (anual)

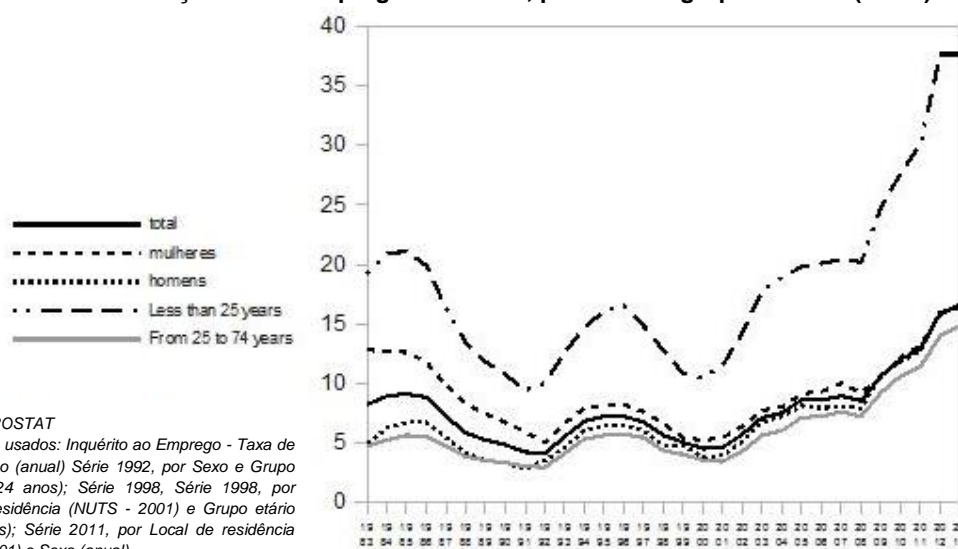
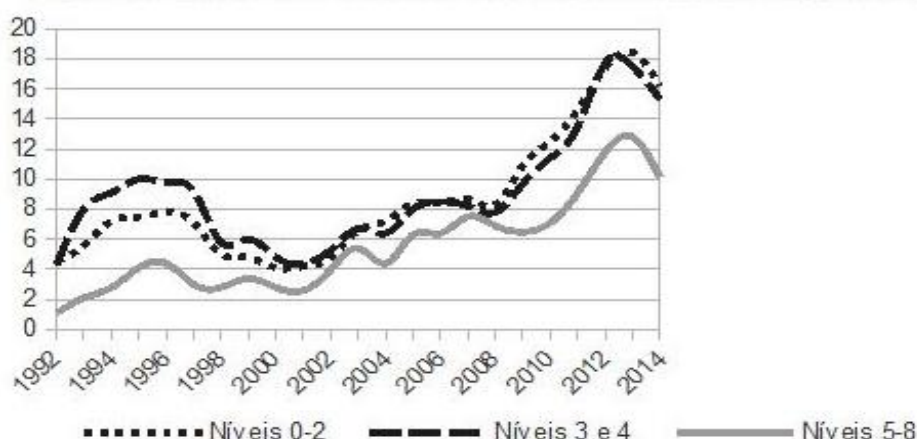


Gráfico 4: Evolução do desemprego 2000-2012, por nível de habilitações (anual)



Fonte: EUROSTAT. Indicador utilizado: Unemployment rates by sex, age and educational attainment level (%) [Ifsa_urgaed]

4.2 O desemprego e a precariedade

Terão sido os e as desempregados atores chave destes protestos? A análise das condições e motivações da participação nas manifestações de protesto, com destaque para as características sociodemográficas e com base no Inquérito Social Europeu de 2012 (Campos Lima & Martín Artiles, 2014), poderá dar algumas pistas. Os dados indicam maior probabilidade de homens, do que mulheres, participarem nas manifestações, assim como jovens (16-34 anos), estudantes e pessoas empregadas. Pessoas filiadas em sindicatos apresentam igualmente maior probabilidade de participar em manifestações. O nível de estudos, desemprego e setor (público ou privado) não apresentam uma relação linear, ou significativa, com a participação nas manifestações.

Apesar da sua relevância, estes dados devem ser analisados com cuidado, visto basearem-se no nível micro, da participação individual. Neste sentido, é necessário olhar, de forma mais fina e na sua complexidade, para os fluxos do conflito. Além disso é importante considerar uma outra linha de análise, neste caso baseada na evidência histórica relativa à mobilização de pessoas desempregadas (Baglioni et al, 2008; Chabanet & Faniel, 2012), que destaca o papel das dimensões subjetivas. O facto de o desemprego estar associado a algum tipo de privação material não é, em si, despoletador da ação coletiva de pessoas desempregadas. Para gerar descontentamento, as privações devem ser interpretadas, de forma coletiva, como injustificadas. Por outro lado, o poder explicativo da massificação do desemprego terá a ver com o facto de facilitar o reconhecimento público do problema. Saliente-se ainda que o facto de as expectativas terem sido anteriormente altas pode constituir fator adicional de descontentamento.

Para tentar perceber melhor os mecanismos subjacentes ao papel do desemprego neste ciclo de mobilizações, optou-se por olhar, de forma mais fina, para os fluxos complexos de conflito (Tilly & Tarrow, 2007), assinalando episódios considerados chave para compreender o envolvimento de pessoas desempregadas, as suas reivindicações, assim como as dimensões políticas do conflito. Adicionalmente, procurou-se analisar os

enquadramentos simbólicos da ação coletiva (Benford & Snow, 2000).³ Foram identificados cinco episódios chave, que são apresentados na tabela 1, os quais foram situados na evolução do desemprego entre 2008 e 2013 (ver mais adiante).

Tabela 1: Episódios chave no conflito em torno de desemprego

Data	Episódio	Atores e o papel das pessoas desempregadas
12 de Março de 2011	Protesto da Geração à Rasca	Grupo informal que inclui um desempregado
30 de Junho de 2012	Manifestação Movimento Sem Emprego	Grupo de desempregados
15 de Setembro de 2012	Que se Lixe a Troika! Queremos a nossas vidas!	Grupo de ativistas, que incluiu, pelo menos, quatro pessoas desempregadas
5 a 13 de Outubro de 2012	Marcha contra o desemprego	CGTP, visando mobilizar desempregados
2 de Março de 2013	Que se lixe a Troika! O Povo é quem mais ordena!	Além do núcleo organizativo, vários grupos informais associações e sindicatos. Terá contado com a participação de muitas pessoas desempregadas.

O protesto da Geração à Rasca, a 12 de Março de 2011, marcou a afirmação dos novos atores (Estanque et al., 2013; Campos Lima & Artiles, 2013; Baumgarten, 2013; Soeiro, 2014 e 2015; Fonseca, 2014). Uma análise do manifesto que esteve na base da convocatória deste protesto indica que o desemprego é uma das componentes dos mecanismos simbólicos que contribuíram para as mobilizações, desde logo pela definição de fronteiras identitárias dos atores protagonistas (nós). O manifesto remete para uma série de condições relacionadas com a precariedade - baixas remunerações, subcontratação e contratos a prazo, falso trabalho independente, trabalho intermitente, estágios, bolsas. No topo desta listagem está uma referência a desempregados, mas não há qualquer outra referência ao desemprego no manifesto. Neste sentido, é a precariedade que é destacada como elemento chave dos protestos.

Assim, sendo claro que a escalada do desemprego terá desempenhado um papel decisivo, é a precariedade que é tanto ou mais destacada como elemento chave dos protestos (Estanque, 2013; Campos Lima & Artiles, 2013; Soeiro, 2014; Baumgarten, 2014). A acumulação destas duas componentes, associada ao aumento flexibilidade do mercado de trabalho, é apontada como fator de emergência de um precariado, jovem e qualificado (Estanque et. Al, 2013). Na verdade, ao longo das últimas décadas tem-se verificado uma crescente segmentação no mercado de trabalho, nomeadamente a que é caracterizada por uma precarização da situação laboral dos jovens (Marques, 2015). Não é por isso de surpreender que essa precarização afete profundamente os seus modos de vida (Soeiro, 2014). Saliente-se a importância que ganhou, nos últimos anos, o trabalho temporário qualificado (Gráfico 5).

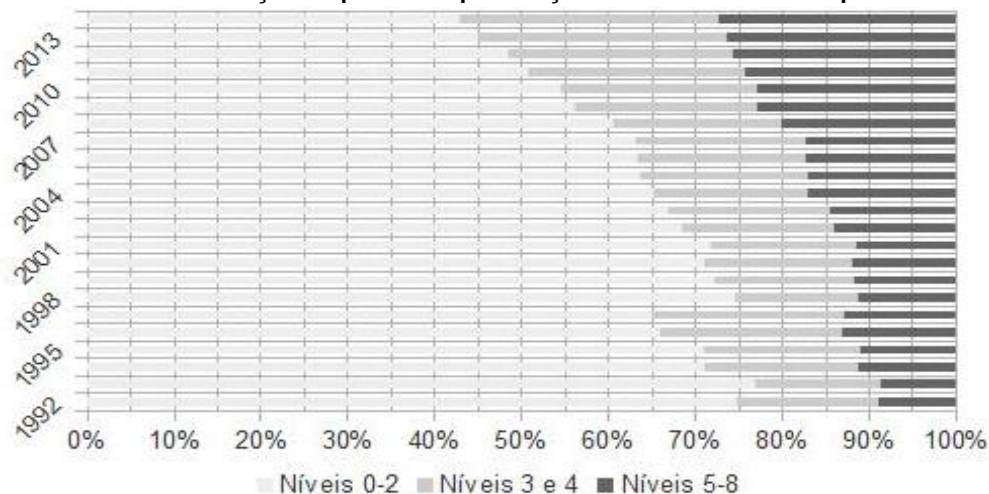
Adicionalmente, grande parte do manifesto parece incidir num prognóstico suportado numa clara perceção de injustiça e associada a expectativas anteriores altas:

Defrauda-se o presente, por não termos a oportunidade de concretizar o nosso potencial - bloqueando a melhoria das condições económicas e sociais do país. Desperdiçam-se as aspirações de toda uma geração, que não pode prosperar.

³ No original “action collective frames” (Benford & Snow, 2000), que constituem “pegadas interpretativas” para ação. Não se trata apenas de agregações de atitudes individuais mas o resultado da negociação de significados partilhados mobilizados como orientação para ação.

Saliente-se ainda que, embora a grande amplitude e exclusividade do manifesto tenha tido a vantagem de contribuir para reforçar a sua capacidade mobilizadora, argumenta-se tenha tido efeitos limitados no que concerne à visibilização de interesses específicos de atores fracos, como é o caso das pessoas desempregadas.

Gráfico 5: Evolução do peso das qualificações entre o trabalho temporário



Fonte: EUROSTAT. Indicador: Temporary employees by sex, age and educational attainment level (1 000) [lfsa_etgaed]

4.3 O desemprego e a reconfiguração das estruturas de mobilização

O protesto da geração à rasca contribuiu de forma decisiva para a reconfiguração das estruturas de oportunidades políticas (Accornero & Ramos Pinto, 2014), abrindo espaço para as novas e velhas *constituíncias* introduzirem as suas reivindicações numa estrutura institucional fraturada e contribuindo para transformar aquilo que eram acontecimentos dispersos num ciclo de protesto. De facto, a este protesto seguiram-se sequências de interação mais ou menos continuada nas quais o desemprego e a participação de pessoas desempregadas foram relevantes. As Acampadas (Maio/Junho), ainda no ano de 2011 devem ser entendidas num longo período de experimentação coletiva (Baumgarten, 2014b) no quadro de uma reconfiguração das estruturas de mobilização que incluiu várias manifestações, duas greves gerais (Novembro de 2011 e Março de 2012), encontros de ativistas, episódios de ação coletiva transnacional como o protesto global de 15 de Outubro (em 2011) e a Primavera Global (Maio de 2012) e o surgimento de vários atores políticos. Destaca-se aqui o surgimento do Movimento sem Emprego (MSE), em Março de 2012, que promoveu aquela que foi a única manifestação organizada por um grupo de desempregados, em Junho desse ano.

As manifestações do Que se Lixe a Troika! (QSLT), representaram o culminar da referida reconfiguração das estruturas de mobilização e assinalaram momentos de uma massificação, histórica, dos protestos. Mais focado e estratégico, o objetivo não era ganhar participantes para o processo organizativo, apenas garantir o máximo de mobilização nas manifestações (Baumgarten, 2014b). Esse foi o modelo organizativo adotado na primeira dessas manifestações, em 15 de Setembro de 2012, convocada por um grupo de 29 ativistas que incluiu pessoas desempregadas. No entanto, nos meses seguintes multiplicaram-se as iniciativas além do núcleo organizativo, de encontro ao

enquadramento simbólico do QSLT. Pressupõe-se que este fluxo de conflito tenha contado com a participação de muitas pessoas desempregadas⁴. Além disso, a tomada de posição de atores chave terá constituído um elemento explicativo da escalada da indignação e do protesto, como é o caso após as declarações de Passos Coelho em Julho de 2012, afirmando que a juventude deveria “demonstrar mais esforço”, “sair da sua zona de conforto” e procurar trabalho fora do país (Campos Lima & Artiles, 2013, p.358).

A Marcha contra o desemprego, uma iniciativa convocada pela CGTP a 23 de Junho de 2012 que incluiu duas colunas, uma vinda do sul do país, proveniente do Algarve, e a outra do norte, de Braga, visou agir contra o flagelo social do desemprego, envolvendo (CGTP, 2012):

“os desempregados, os jovens à procura do primeiro emprego, os trabalhadores que perderam os postos de trabalho devido ao encerramento das empresas e que continuam há anos a aguardar o pagamento dos créditos que lhes são devidos (salários em atraso e indemnizações); os que se encontram com salários em atraso e sujeitos ao lay-off; os das empresas em perigo de encerramento”.

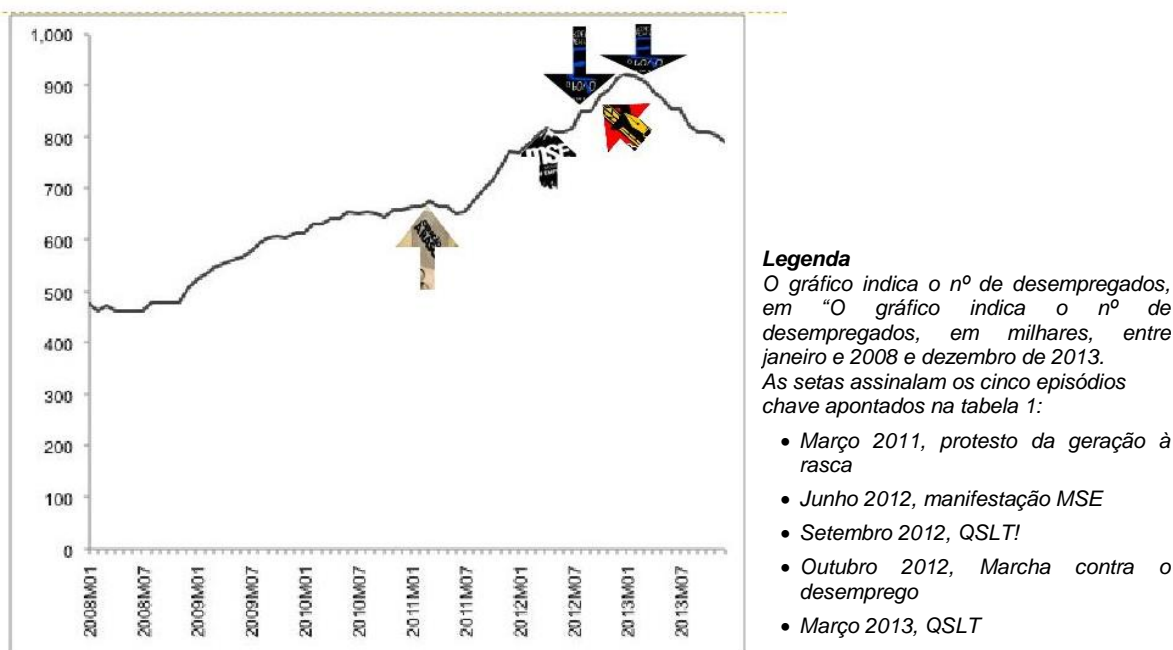
Olhando o Gráfico 6, vemos que a relação entre o desemprego e os protestos não é linear. Há um aumento continuado do desemprego desde meados de 2008, atingindo um máximo 657 mil pessoas desempregadas em Janeiro de 2011, pouco tempo antes do protesto da Geração à Rasca (12,4% no primeiro semestre de 2011, segundo os dados do INE). Este período ter-se-á caracterizado, não tanto pelo crescimento agudo do desemprego, mas antes pela instalação de níveis de desemprego sem precedentes, tal como apontam Estanque et al. (2013). No entanto, após uma pequena desaceleração do desemprego no início do ciclo de mobilizações, assiste-se a uma escalada do desemprego a partir do segundo semestre de 2011 que continua até ao primeiro trimestre de 2013⁵.

Neste sentido, o pico da conflitualidade dá-se em contexto de agudização da massificação do desemprego. Os esforços de coordenação dos interesses incluíram uma interessante reconfiguração de estruturas de mobilização e o esboço de uma aliança, mesmo que discreta e frágil, entre atores diversos. Neste período, o desemprego atinge o seu máximo histórico - 912 mil pessoas desempregadas, em Janeiro de 2013 (um máximo de 17,7% no primeiro semestre de 2013, um aumento de 5,3% em dois anos) -, dois meses antes da última grande manifestação não sindical – embora apoiada pela CGTP - neste ciclo de mobilizações, a 3 de Março de 2013. Ainda voltaram a ocorrer novas manifestações sindicais mas também estas, depois da Greve Geral de Junho de 2013, têm uma quebra em termos de dinâmica de mobilização. O primeiro trimestre de 2013 marca, assim, uma inversão da trajetória de crescimento do desemprego, coincidindo com o fim deste ciclo de mobilizações.

⁴ Esta é uma possibilidade que está a ser aprofundada no âmbito da pesquisa.

⁵ Assinale-se uma ligeira desaceleração sazonal, que foi especialmente vincada no ano de 2011 mas voltou a ocorrer em 2012. Verificadas no Verão, muito possivelmente são explicadas pelo peso do sector do turismo nesta época do ano. Isso significa que nestes casos, a diminuição estaria associada a trabalho sazonal e que por isso o desemprego retomaria a trajetória de subida.

Gráfico 6: Evolução do desemprego 2008-2013 e o ciclo de protestos 2011-2013



Fonte: Dados INE. Adaptado de Baumgarten (2014)⁶

5. Conclusões

O problema do desemprego tornou-se particularmente saliente nos debates sobre as transformações laborais verificadas nas últimas décadas. Neste mesmo sentido, a segmentação do mercado de trabalho tem sido apontada como um fator de enfraquecimento da representatividade e da capacidade negocial dos sindicatos. Estas transformações têm gerado diferentes interpretações quanto às configurações, identidades e políticas de classe associadas. Neste artigo procurou-se contribuir para este debate a partir da análise do papel do desemprego no ciclo de ação coletiva 2010/11-2013, considerando dois níveis de análise: as dimensões estruturais associadas ao desemprego neste período; a forma como essas dimensões se articularam com as dinâmicas de protesto condicionando ou potenciando a mobilização de pessoas desempregadas.

Os protestos deram-se num contexto de massificação do desemprego. A tendência de crescimento do desemprego era anterior à crise económica mas parece ter sido fortemente agravada pelas respostas austeritárias à crise. Também a trajetória de degradação da proteção social se iniciou antes das políticas de austeridade (foi quebrada apenas por um breve período, em 2009, de medidas anti cíclicas): na verdade, desde o início da viragem do milénio que se verificava uma tendência de re-mercadorização do

⁶ Baumgarten (2014b) considerou apenas as grandes manifestações convocadas pelos atores não sindicais, assim como a convocada pelo MSE. Considerando a nova questão social (Estanque & Costa, 2011) e o facto desta iniciativa sindical ter visado especificamente a mobilização de pessoas desempregadas, foi aqui igualmente incluída a Marcha contra o Desemprego. Além disso, enquanto a referida autora usou dados trimestrais, nesta análise optou-se por usar dados mensais.

trabalho (Arcanjo, 2012). No entanto, tendo sido a restrição do subsídio de desemprego uma das primeiras medidas adotadas no quadro das políticas de deflação salarial, esta terá aberto espaço a uma reconfiguração do regime de emprego português, aproximando-o aos regimes de emprego liberais (Campos Lima & Fernandes, 2014). Assim, argumenta-se que estas medidas afetaram também, mesmo que indiretamente, a globalidade da força de trabalho e contribuíram para enfraquecer a posição dos sindicatos. Como?:

» Primeiro, através de um mecanismo económico. A desproteção no desemprego abriu espaço à pressão sobre os salários e as condições de trabalho. Em termos históricos a introdução da proteção social contribuiu para desmercadorizar o trabalho porque, mesmo em contexto de alto desemprego, mesmo quem estivesse em situação de desemprego mais dificilmente aceitaria qualquer trabalho, a qualquer preço. O processo inverso fragilizou a situação de quem está desempregado, que passou a competir directamente com quem tem emprego. Ou seja, a desprotecção abriu um novo espaço de mercadorização do trabalho e, por essa via, ao enfraquecimento da posição negocial do campo trabalho organizado (sindicatos, CT's).

» Segundo, através de um mecanismo político, o *workfare*. A desproteção foi acompanhada por um processo de moralização que facilitou uma deslocação do foco do problema da sociedade para o indivíduo e alimentou uma lógica de culpabilização de quem está na situação de desemprego. Esta mudança também é anterior à crise mas acentuou-se nas reformas adotadas em contexto de austeridade, sobretudo com as reformas realizadas em 2012 - não apenas ao nível regime de proteção social mas também ao nível da organização dos próprios serviços de emprego e segurança social.

No entanto, se desenvolvimentos constituíram - usando a definição Polanyiana - “movimentos” fortíssimos no sentido da mercadorização do trabalho, a verdade é que acabaram por alimentar “contramovimentos” por parte da sociedade e, em particular da parte mais vulnerável da força de trabalho – quem está em situação de desemprego ou de precariedade laboral. Isto representou uma novidade muito interessante no quadro de um país onde a segmentação do mercado de trabalho ganhou uma marca estrutural. Retomando o puzzle apresentado por Esping-Anderson, relativamente às diferenças dos países do Sul da Europa, uma explicação possível para estas dinâmicas políticas se terem dado a uma velocidade diversa de outros países do centro da UE é o facto de o processo de integração económica que envolveu a adesão de Portugal à UE e ao euro se ter dado de forma assimétrica (Reis et al., 2013; Gambaroto & Solari, 2015), a um ritmo diferenciado e, durante algum tempo, atenuado pelos fundos estruturais. Além disso, e considerando especificidades do regime de regulação social do desemprego nos países do Sul da Europa (Gallie & Paugam, 2000), uma novidade do protesto da geração à rasca é o facto de ter contribuído para desafiar a ideia da dependência das gerações mais novas, mas sem deixar de acarinhar o princípio da solidariedade entre gerações. Esta é uma potencialidade interessante face aos debates necessários para a reinvenção dos sistemas de segurança sociais gerados em contexto das relações industriais fordistas e para construir solidariedades entre segmentos diversos da força de trabalho.

Por outro lado, enquanto na década de 80 a segmentação laboral teve uma marca de género bastante visível (por ex. em indicadores como o desemprego e trabalho temporário), hoje é a juventude o grupo demográfico mais afetado. Não é por isso de surpreender que “geração à rasca” se tenha tornado o mote que despoletou a onda de protestos não sindicais. Isto não significa, no entanto, que as dimensões de género se tenham tornado irrelevantes, provavelmente apenas indicará a necessidade de considerar

outros parâmetros de análise. Também neste sentido, e procurando a entender grupos potencialmente afetados há duas categorias que interessaria aprofundar por muito possivelmente terem associadas vulnerabilidade acrescidas: 1) mais de 50 - pessoas ainda consideradas muito novas para se reformar mas que já encontram dificuldades acrescidas de encontrar trabalho; 2) imigrantes, assim como as chamadas “segundas gerações”. A emigração é outro tema a aprofundar.

Desta análise surgem três questões fundamentais: A primeira, já formulada anteriormente, passa por perceber em que medida as mudanças políticas condicionaram a mobilização e ação coletiva de pessoas desempregadas. A segunda vai no sentido de avaliar do impacto destes movimentos nas políticas que afetam as suas próprias condições de vida. A terceira aponta para a necessidade de apuramento dos interesses comuns à generalidade da força trabalho – esteja em condição precária, tenha vínculo permanente ou esteja em situação de desemprego – e aqueles de são específicos de quem está em situação de desemprego. Estas são dimensões a aprofundar, sendo essencial compreender até ponto terão tido impacto nos termos do conflito sobre o desemprego e sobre o trabalho.

Financiamento: Bolsa de investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/90783/2012).

6. Referências

- Accornero, G., & Pinto, P. R. (2014). ‘Mild Mannered’? Protest and Mobilisation in Portugal under Austerity, 2010–2013. *West European Politics*, 38(3), 491–515.
- Arcanjo, M. (2012). *Unemployment Insurance Reform – 1991–2006: A New Balance between Rights and Obligations in France Germany, Portugal and Spain*. *Social Policy & Administration*, 46 (1), 1–20
- Baglioni, S., Baumgarten, B., Chabanet, D., & Lahusen, C. (2008). Transcending Marginalization: The Mobilization of the Unemployed in France, Germany, and Italy in a Comparative Perspective. *Mobilization: The International Quarterly*, 13 (3), 323–335.
- Barker, C., Cox, L., Krinstky, J., & Nilsen, A. G. (2013). Marxism and social movements: an introduction. In *Marxism and Social Movements* (pp. 1-38). Leiden: Brill.
- Baumgarten, B. (2013). Geração à Rasca and beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61 (4), 457–473.
- Baumgarten, B. (2014a). *Poor Peoples’ Participation in the Protests against Austerity*. Apresentado na 8th ECPR General Conference, University of Glasgow - Glasgow.
- Baumgarten, B. (2014b). *Time to get Re-Organized! The Organizational Structure of the Portuguese Anti-Austerity Protests*. University of Roskilde, Denmark.
- Benford, R. D., & Snow, D. A. (2000). Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, 26, 611–639.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Campos Lima, M. da P., & Artiles, A. M. (2013). Youth voice(s) in EU countries and social movements in southern Europe. *Transfer - European Review of Labour and Research*, 19 (3), 345–363.
- Campos Lima, M. da P., & Artiles, A. M. (2014). Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: da ação colectiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 137–172.

- Campos Lima, M. da P., & Fernandes, L. (2014). *A austeridade, a flexinsegurança e as mudanças do regime de emprego em Portugal*. Apresentado na Conferência Internacional «40 anos após o 25 de Abril de 1974». Painele 4: «Crise Social» 8,30 h – Mesa 9: «Crise Social I: Precarização laboral, desemprego e pobreza», Lisboa: ISCTE-IUL.
- Caporaso, J. & Tarrow, S. (2007). Polanyi in Brussels: European Institutions and the Embedding of Markets in Society. Prepared for presentation at the Penn/Temple European Studies Colloquium, November 26.
- Castel, R. (1995). *Les Métamorphoses de la Question Social: Une Chronique du Salarial*. Paris: Fayard.
- CGTP. (2012, Junho 23). MARCHA CONTRA O DESEMPREGO. Obtido de http://www.sitava.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=49:marcha-contra-o-desemprego&catid=5:noticias
- Chabanet, D., & Faniel, J. (Eds.). (2012). *The Mobilization of the Unemployed in Europe: from the Acquiescence to Protest?* Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Costa, A., & Caldas, J. C. (2013). A União Europeia e Portugal entre os resgates bancários e a austeridade: um mapa das políticas e das medidas. Em *A Anatomia da Crise: identificar os problemas para construir as alternativas* (Observatório sobre Crises e Alternativas, pp. 72–107). Lisboa: Centro de Estudos Sociais. Disponível em http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final_.pdf
- Diani, M. (2003). Networks and Social Movements: A Research Program. Em *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action* (Mario Diani and Doug McAdam). Oxford: Oxford University Press.
- Engels, F. (1969). *The condition of the working class in England*. Chicago: Academy Chicago Publishers.
- Esping-Anderson, G. (1999). Politics without class? Postindustrial cleavages in Europe and America. Em *Continuity and change in contemporary capitalism* (Herbert Kitschelt, Peter Lange, Gary Marks and John D. Stephens, pp. 293–316). Cambridge: Cambridge University Press.
- Estanque, E. (2014). Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013). *Revista Crítica de Ciência Sociais*, 103, 53–80.
- Estanque, E., & Costa, H. (Eds.). (2011). *O Sindicalismo Português e a Nova Questão Social: crise ou renovação?* Coimbra: Edições Almedina.
- Estanque, E., Costa, H. A., & Soeiro, J. (2013). The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case. *Journal of Social Science Education*, 12(1), 31–40.
- Fernandes, L. (2011). *Desemprego e acção colectiva: um estudo exploratório*. (Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia – Ramo Investigação). ISCTE-IUL, Lisboa.
- Fernandes, L. (2013). *Acção colectiva de pessoas desempregadas*. (Projecto de dissertação no âmbito de Doutoramento em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Fernandes, L. (2014). Desemprego: Factor de exclusão ou de conflito? *Cabo dos Trabalhos, Revista eletrônica dos Programas de Doutoramento do Centro de Estudos Sociais*, 10. Disponível em http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/14.1.1_Lidia_Fernandes.pdf
- Flacks, D. (2005). A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 45–66.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos em Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.
- Fonseca, D. (2014). New Actors on Stage: Analysis of the Emergent Forms of Collective Action in the European Context. *Open Journal of Social Sciences*, 2, 43–53.
- Gallie, D. & Paugam, S. (2000). *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Gambarotto, F., & Solari, S. (2015). The peripheralization of Southern European capitalism within the EMU. *Review of International Political Economy*, 22(4), 788–812.

- Giugni, M. (Ed.). (2010). *The Contentious Politics of Unemployed In Europe: Welfare States and Political Opportunities*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Hespanha, P., & Matos, A. R. (2000). Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego. *Sociologias*, 2, nº 4, jul/dez 2000, 88–109.
- Hyman, R. (2007). How can trade unions act strategically? *Transfer - European Review of Labour and Research*, 13(2), 193–210.
- International Monetary Found (2010). *Portugal: Staff Report; Public Information Notice on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director for Portugal* (IMF Country Report No. 10/18). Washington: IMF. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2010/cr1018.pdf>
- Marques, P. (2015). *Young People and Labour Market Segmentation in Europe: An Institutional Perspective*. (Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Economia). Lisboa: ISCTE.
- Mitchell, W., & Muysken, J. (2008). *Full Employment Abandoned: Shifting Sands and Policy Failures*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Pakulski, J. & Waters, M. (1996). *The Death of Class*. London: Sage Publications.
- Pedroso, P. (2008). *Modelos de activação dos desempregados: os desafios estruturais e as condicionantes conjunturais*. Lisboa: GEP/MTSS.
- Piven, F. F. (1998). Welfare and Work. *Social Justice*, 25(1), 67–81.
- Piven, F. F. (2010). Enfrentar a realidade. Estratégias para Aumentar o Poder dos de Baixo numa Era de Globalização Neoliberal. *Transform*, 5, 99–108.
- Piven, F. F., & Cloward, R. A. (1993). *Regulating the poor: the functions of public relief*. New York: Vintage Books.
- Polanyi, K. (2012). *A Grande Transformação: As origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70.
- Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A., & Teles, N. (2013). Compreender a Crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável. Em *Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir as alternativas* (Observatório das Crises e Alternativas, Vol. 1º). Lisboa: Centro de Estudos Sociais (CES). Disponível em http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Relatorio_Anatomia_Crise_final_.pdf
- Scott, J. (1994). *Poverty and wealth: citizenship, deprivation and privilege*. New York: Longman.
- Soeiro, J. (2014). Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXVIII, 55–79.
- Soeiro, J. (2015). *A formação do precariado. Transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal* (Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo). Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Standing, G. (2014). O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 9–24.
- Teles, N. (2007, Maio 18). O desemprego como «natural». Disponível em <http://ladroesdebicicletas.blogspot.pt/2007/05/o-desemprego-como-natural.html>
- Tilly, C., & Tarrow, S. (2007). *Contentious Politics*. Boulder: Paradigm Publishers.